

Considerações à bancada do PT sobre a relação da Medida Provisória nº 70 e o projeto Opportunity-RBS-FHC

À primeira vista, os episódios recentes envolvendo a contratação do ministro Pedro Parente com o grupo de mídia gaúcho RBS parece revelar apenas mais um episódio de prevaricação, com um funcionário público sendo corrompido por um grande grupo empresarial. No entanto, a agregação de dados da conjuntura no setor de mídia indicam que esta aproximação pode significar mais do que apenas um escândalo político.

Há bases objetivas para se afirmar que o que está em curso é a formação de uma associação político-econômica buscando a construção de uma força contra-hegemônica ao governo eleito. A longo prazo, esta conjugação de forças pode alterar os próprios rumos da esfera pública e da natureza da democracia.

Vamos mostrar que este processo estaria sendo articulado por três agentes que vêm se aproximando de forma aparentemente casual nos últimos anos: **RBS, Opportunity e Fernando Henrique Cardoso.**

Opportunity

O banco de investimentos de Daniel Dantas, que já abrigou tucanos influentes como Pêrsio Arida, vem sendo investigado pela atuação do seu Opportunity Fund, que por ser um fundo estrangeiro não poderia receber dinheiro de brasileiros. No escândalo das Ilhas Cayman, o Opportunity era suspeito de agenciar os recursos de uma lista com nomes de pessoas influentes do cenário político e empresarial do Brasil que teriam aplicado recursos nesse fundo, ferindo a legislação nacional. Convém lembrar que atrás do biombo das Caymans esconde-se o mais bem protegido, e paradoxalmente alardeado, segredo da Era FHC: o escândalo da Pasta Rosa, nominata dos tucanos que valiam-se de laranjas como operadores nas Cayman para lavar dinheiro brasileiro. Este trunfo credenciou o senador ACM como primeiro-ministro de fato até 2001. Misteriosamente, ACM caiu sem jamais ter ousado revelar os nomes que constariam do referido dossiê.

Como até hoje nada ficou comprovado, o banco manteve sua principal operação da época: a entrada nas concessionárias do Sistema Telebrás, privatizadas em julho de 98, a partir de recursos levantados com os mecanismos nebulosos das Caymans. Nas telecomunicações, o Opportunity passou a exercer o estilo de operação e articulação empresarial e financeira que está prestes a implementar também na área de mídia. Atuando a partir da formação de consórcios com fundos de pensão e outras organizações e com pouca contribuição financeira, Dantas passou a controlar de fato a Brasil Telecom, afastando seu sócio inicial - Telecom Italia. A operação na telefonia, ao que tudo indica, é um mero "ensaio geral" do que pretende ser a operação na área da comunicação.

Neste comportamento esconde-se a verdadeira natureza dos dispositivos enxertados na MP 70: montar um consórcio lastreado no capital de tucanos retidos nas Caymans, de fundos de pensão e de bancos estrangeiros.

Os artigos 9º e 10º da MP 70, que não existiam na primeira versão apresentada pelo Minicom, são na verdade complementares e servem ao mesmo interesse. Interesse este que tem menos a ver com a crise das empresas do setor e sua necessidade de capitalização e mais com a criação de um mecanismo de financiamento para o grande esquema político-empresarial em curso.

O artigo 9º, que flexibiliza o Decreto 236 justamente nos limites da propriedade de emissoras de rádio e TV por um mesmo grupo, está sendo chamado em Brasília de "emenda RBS". Mesmo com o abrandamento aprovado ontem na Câmara, o dispositivo permite que a rede esteja livre das amarras do Decreto 236 caso não detenha em nenhuma das emissoras ou empresas jornalísticas que venha a adquirir percentual maior que 20% ou 15%.

Já o artigo 10º não aplica nenhuma restrição ao controle de emissoras se o investimento for feito por carteiras de ações.

Usados de forma combinada, como deverá ocorrer na prática, os dois artigos permitem que uma pequena rede de mídia regional seja alavancada pelo capital financeiro, tornando-se um grande conglomerado a partir de aquisições pulverizadas de emissoras em várias partes do País. Somada à crise econômica do setor, está criado o cenário propício para que isso efetivamente ocorra.

RBS

Como o resto das empresas de comunicação, a RBS ressentia-se da ausência de investimentos. Mas ao contrário dos demais radiodifusores, possui um projeto claro de conciliar sua operação econômica com sua promoção política. A RBS pretende tornar-se no início deste milênio, o que a Globo significou no passado recente: uma grande máquina de clientela eleitoral. Capaz de eleger deputados estaduais, federais, senadores e, eventualmente, constituir e depor presidentes. O Rio Grande do Sul, sobretudo nos últimos quatro anos, foi o laboratório de testes e um exemplo de como se articulam as pretensões do grupo de mídia gaúcho. Ao mesmo tempo que fez cerrada oposição ao governo do PT, a RBS teve atuação decisiva no recente processo eleitoral manipulando informações e fraudando pesquisas de intenção de voto. A intervenção foi tão explícita que obrigou o presidente do grupo, Nelson Sirotsky, a pedir desculpas públicas ao povo gaúcho, admitindo a manipulação das estatísticas, numa situação inédita na história da imprensa brasileira.

A mea culpa de Sirotsky representa mais um degrau na escala de aprendizados do conglomerado. Anteriormente, um dos seus maiores projetos na área política, a construção da vida pública de Antônio Britto, ex-empregado da RBS guindado ao cargo de governador, que entregou nas mãos do grupo a companhia telefônica do Estado, já havia malogrado pela atuação isolada. A perda da reeleição do governador, em 1998, acarretou também a subsequente perda do controle da operadora de telefonia. Dois anos depois, quando o Opportunity assumiu de fato a direção da Brasil Telecom, Britto foi chamado para ocupar um cargo no Conselho de Administração da operadora. Estava amarrado o laço que deu início a uma relação privilegiada entre os dois grupos.

A associação entre o Opportunity e a RBS, mais do que vencer resistências da Globo contra a estruturação do grupo gaúcho como rede nacional, traz consigo um projeto político de implicações de curto, médio e longo prazo.

FHC

Depois de conduzir exemplarmente o processo de transição, revelando sobretudo uma grande preocupação com a imagem que a história e a "posteridade" fariam de sua administração, FHC expôs-se de forma aparentemente inexplicada ao

promover alterações no Código de Ética da Alta Administração Federal de modo a permitir a liberação da quarentena de Parente. Por trás desta atitude "inábil", o presidente não só viabilizou a associação Opportunity-RBS como tornou-se o terceiro elemento desta coalizão. De imediato, FHC terá na mão, além da bancada de governadores do PSDB e da autoridade política como ex-presidente, um grupo de mídia para, no curto prazo, condicionar a tomada de decisão do governo Lula diante da crise econômica. No médio prazo, se credencia como primeiro-ministro em caso de impedimento do presidente ou numa crise de governo. E, a longo prazo, reconduzir FHC à Presidência da República.

CONCLUSÕES

Como afirmamos no início desta análise, o que está em jogo com as adições de última hora feitas à MP 70 é o surgimento de uma democracia discricionária. Mais do que a possibilidade de utilizar-se da mídia para desestabilizar qualquer governo, esta associação incestuosa entre bancos, fundos de pensão e empresas de comunicação erige-se como uma verdadeira ameaça à ordem, onde a democracia ficaria reduzida a um jogo de cartas marcadas a ser decidido pelos proprietários dos meios de comunicação.

A conduta da RBS no Rio Grande do Sul nos últimos 10 anos, fazendo de Britto governador, valendo-se disso em seu benefício, com a tentativa de incorporação da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), sua atitude contumaz de desestabilização do governo Olívio Dutra e, por fim, sua intervenção manipulatória e fraudulenta no recente processo eleitoral atesta sobejamente que este tipo de ameaça é mais do que tangível. Com o agravante de que, ao contrário da Globo, a RBS desempenhou este tipo de papel no período pós-redemocratização.

Com o apoio do Opportunity, o grupo pode criar agora as condições para que este tipo de manipulação se institua em escala nacional. A RBS parece ter aprendido a lição de que precisa de parceiros - e Pedro Parente é a materialização desta parceria. Ao mesmo tempo, o conglomerado compreende que não pode dar-se ao luxo de fazer de ex-funcionários governadores ou presidentes. Daí sua cômica a Fernando Henrique Cardoso, um político que não carece de lapidação.

A convergência de interesses de empresas de comunicação, funcionários públicos e grupos financeiros não é nova no Brasil. Cumpre destacar, no entanto, que a Globo, que no período do regime militar e da transição conservadora, construiu boa parte de sua vida empresarial mediante operações desta natureza parece ter convertido-se à democracia. A julgar pela sua conduta nas últimas eleições, o maior conglomerado de mídia do País aceitou as regras do jogo democrático deixando de comportar-se como "partido". No entanto, sua trajetória é um exemplo de como a conjugação dos interesses de empresas de comunicação, bancos e políticos pode criar uma rede nacional. A RBS, agora, procura seguir os passos da Globo.

As correlações aqui expostas, ilustram como as alterações feitas na MP 70 podem condicionar o futuro da democracia no Brasil. A mera possibilidade de que o cenário aqui desenhado torne-se real recomenda a rejeição das adições dos artigos 9º e 10º da MP. Mais do que isso, ilustra que temas como a participação de fundos de pensão em empresas de comunicação deverá passar a ser objeto de lei ordinária específica.

Mesmo que na undécima hora, o Congresso Nacional deve encomendar investigações e pareceres às autoridades de direito econômico e, naturalmente, ao Conselho de Comunicação Social antes de pronunciar-se definitivamente sobre a junção de bancos, fundos de pensão e empresas de comunicação. A todo custo, restou ao Senado Federal a missão patriótica de impedir que qualquer precipitação em final

de Legislatura possa resultar em danos sérios, talvez irreparáveis, à democracia no Brasil.